

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores do
Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

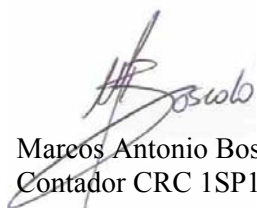
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 27 de março de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Marcos Antonio Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em Reais)

Ativo	Nota	2013	2012	Passivo	Nota	2013	2012
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	1.416.806	1.067.774	Fornecedores		24.877	1.344
Contas a receber	5	36.423	5.800	Obrigações sociais e trabalhistas	10	196.101	251.245
Outros créditos	6	5.446	33.669	Adiantamentos de associados	11	<u>2.021.493</u>	<u>1.084.948</u>
Despesa antecipada	7	<u>403.393</u>	<u>2.269</u>				
Total do ativo circulante		1.862.068	1.109.512	Total do passivo circulante		2.242.471	1.337.537
Não circulante				Patrimônio líquido			
Outros investimentos	8	1.484.872	1.386.407	Patrimônio social	13	1.574.792	1.574.792
Imobilizado	9	<u>293.092</u>	<u>321.241</u>	(Déficits) acumulados	13	<u>(177.231)</u>	<u>(95.167)</u>
Total do ativo não circulante		1.777.964	1.707.648	Total do patrimônio líquido		1.397.561	1.479.625
Total do ativo		<u><u>3.640.032</u></u>	<u><u>2.817.160</u></u>	Total do passivo		<u><u>3.640.032</u></u>	<u><u>2.817.162</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em Reais)

	Nota	2013	2012
Receita operacional			
Contribuições de associados	15	2.061.405	1.925.588
Receitas de projetos, cursos e patrocínios	16	855.003	3.358.868
Outras receitas operacionais		<u>16.668</u>	<u>261.551</u>
		2.933.076	5.546.007
Despesas administrativas e operacionais			
Pessoal	17	(2.088.840)	(2.679.205)
Despesas gerais e administrativas	18	<u>(1.044.980)</u>	<u>(3.101.373)</u>
		(3.133.820)	(5.780.578)
(Déficit) operacional		<u>(200.744)</u>	<u>(234.571)</u>
Receitas financeiras	19	166.053	151.553
Despesas financeiras	19	<u>(47.373)</u>	<u>(32.782)</u>
Resultado financeiro líquido	19	<u>118.680</u>	<u>118.771</u>
(Déficit) do exercício		<u>(82.064)</u>	<u>(115.800)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em Reais)

	2013	2012
Déficit do exercício	<u>(82.064)</u>	<u>(115.800)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(82.064)</u></u>	<u><u>(115.800)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em Reais)

	Patrimônio Social	(Déficits) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2011	1.574.792	20.633	1.595.425
Déficit do exercício	<u>-</u>	<u>(115.800)</u>	<u>(115.800)</u>
Em 31 de dezembro de 2012	1.574.792	(95.167)	1.479.625
Déficit do exercício	<u>-</u>	<u>(82.064)</u>	<u>(82.064)</u>
Em 31 de dezembro de 2013	<u>1.574.792</u>	<u>(177.231)</u>	<u>1.397.561</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em Reais)

	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
(Déficit) do exercício	(82.064)	(115.800)
Depreciação e amortizações	29.628	8.165
Resultado na venda de ativo imobilizado	<u>3</u>	<u>461</u>
	(52.433)	(107.174)
(Aumento) diminuição no ativo circulante e não circulante		
Contas a receber	(30.623)	4.331
Outros créditos	28.223	91.104
Despesas antecipadas	(401.124)	2.267
(Aumento) diminuição no passivo circulante e não circulante		
Fornecedores	23.533	1.344
Obrigações sociais e trabalhistas	(55.144)	(7.277)
Adiantamento de associados	<u>936.545</u>	<u>53.404</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	448.977	37.999
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Outros investimentos	(98.465)	15.120
Aquisição de bens do imobilizado	<u>(1.480)</u>	<u>(6.762)</u>
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos	(99.945)	8.358
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais e de investimentos	349.032	46.357
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.067.774	1.021.417
No fim do exercício	<u>1.416.806</u>	<u>1.067.774</u>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>349.032</u>	<u>46.357</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

O GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (“GIFE” ou “Entidade”), constituído em 26 de maio de 1995, é uma associação civil sem fins lucrativos, que reúne organizações de origem empresarial, familiar, independente e comunitária, as quais investem em projetos com finalidade pública. Sua missão é aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum, contribuindo assim para a promoção do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio do fortalecimento político-institucional e do apoio à atuação estratégica dos investidores sociais privados.

Os recursos financeiros para manter a estrutura e atividades da organização advêm fundamentalmente das contribuições recebidas de associados, do resultado gerado pelos seus ativos financeiros, dos recursos financeiros captados por meio de convênios e patrocínios com fundações e outras organizações, além de receitas obtidas por meio de cursos do GIFE.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 27 de março de 2014.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material do próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 5 – Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa
- Nota explicativa nº 12 - Provisão para contingências

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo, conforme nota explicativa nº4.

Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outros créditos.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras referem-se aos recursos aplicados em instituições financeiras de primeira linha, estando tais recursos classificados fora do grupo de caixa e equivalentes de caixa em função de não fazerem parte da gestão do dia a dia da Entidade.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou expirada.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado pelo método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação. Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

b. Contas a receber

As contas a receber são reconhecidas pelo regime de competência.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas pela Entidade estão divulgadas na Nota 9.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Entidade não identificou nenhum ativo com redução no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Entidade sobre condições de que a Entidade não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

e. Benefícios a empregados

A Entidade não possui planos de pensão ou outras obrigações pós-aposentadoria e reconhece os custos de demissões quando está formalmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários.

f. Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

g. Apuração do resultado

As doações recebidas de associados sem destinação específica são reconhecidas como receita quando recebidas. Demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência. As doações recebidas com destinação específica, vinculadas à realização de atividades acordadas com os doadores, são reconhecidas ao resultado na medida da efetiva realização dos gastos nesses programas por tratar-se de adiantamentos sujeitos à devolução no caso da não realização dos programas.

4 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são constituídos conforme abaixo:

	2013	2012
Caixa	3.811	698
Bancos conta movimento	1.851	1
Aplicações financeiras (a)	<u>1.411.144</u>	<u>1.067.075</u>
	<u><u>1.416.806</u></u>	<u><u>1.067.774</u></u>

- (a) Estão substancialmente compostas por aplicações em fundos de renda fixa de curto prazo, administrados pelos bancos Itaú e Bradesco, com tendência da variação das taxas de juros pós-fixadas (Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI) e Certificado de Depósitos Bancários (CDB)

Composição das aplicações de liquidez imediata:

	2013	2012
Banco Itaú Compromissada DI	1.118.739	509.716
Banco Itaú Especial RF	6.891	6.484
Bradesco – CDB	263.416	535.097
Banco Itaú aut mais	14.907	8.927
Bradesco - DI Brilhante	<u>7.191</u>	<u>6.851</u>
	<u><u>1.411.144</u></u>	<u><u>1.067.075</u></u>

5 Contas a receber

	2013	2012
Valores a receber de associados	<u>36.423</u>	<u>5.800</u>

Não há valores em aberto de longa data. A Administração da Entidade não espera incorrer em perdas com estes recebíveis e por essa razão não efetuou o reconhecimento de perda estimada para crédito de liquidação duvidosa.

6 Outros créditos

	2013	2012
Adiantamento de salários	4	9
Adiantamento de férias	-	33.391
Adiantamento de serviços	<u>5.442</u>	<u>269</u>
	<u><u>5.446</u></u>	<u><u>33.669</u></u>

7 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas no valor de R\$ 403.393 (R\$ 2.269 em 2012) são, principalmente, representadas por despesas referente ao 8º Congresso GIFÉ, que ocorrerá em 2014. Em 2012 não houve despesas antecipadas referente ao Congresso, que ocorre a cada dois anos.

8 Outros investimentos

	2013	2012
Bradesco LF	-	952.789
Bradesco Op. Compromissada	468.901	-
Bradesco LF 06/2015	<u>1.015.971</u>	<u>433.618</u>
	<u>1.484.872</u>	<u>1.386.407</u>

Conforme definido no Estatuto, o GIFE constituiu um fundo patrimonial destinado a assegurar a perpetuidade da Entidade, sendo gerido de forma independente em relação ao custeio das operações ordinárias. O Fundo não poderá ser destinado a cobrir despesas ordinárias de custeio, salvo se precedido de autorização do Conselho de Governança que, todavia, não poderá autorizar o uso superior a 20% dos seus recursos no mesmo mandato.

O Fundo é composto por contribuições específicas de associados e totalizava, em 31 de dezembro de 2013, o saldo de R\$ 1.484.872 (R\$ 1.386.407 em 31 de dezembro de 2012).

Em junho de 2013, as letras financeiras venceram e foram aplicadas em novos papéis com vencimento em junho de 2015.

9 Imobilizado

	Imobilizado custo	Depreciação acumulada	Líquido	
			2013	2012
Imóveis	419.085	(159.269)	259.816	276.580
Móveis e utensílios	96.293	(96.293)	-	-
Equipamentos de informática	149.976	(123.874)	26.102	36.443
Máquinas e equipamentos	16.419	(9.794)	6.625	7.814
Instalações	<u>217.295</u>	<u>(216.746)</u>	<u>549</u>	<u>404</u>
	<u>899.068</u>	<u>(605.976)</u>	<u>293.092</u>	<u>321.241</u>

Movimentação do imobilizado – custo

	2012	Adições	2013
Imóveis	419.085	-	419.085
Móveis e utensílios	96.293	-	96.293
Equipamentos de informática	148.496	1.480	149.976
Máquinas e equipamentos	16.419	-	16.419
Instalações	<u>217.295</u>	<u>-</u>	<u>217.295</u>
	<u>897.588</u>	<u>1.480</u>	<u>899.068</u>

Movimentação do imobilizado – Depreciação	Taxa de depreciação	2012	Adições	2013
Imóveis	4%	(142.505)	(16.763)	(159.269)
Móveis e utensílios	10%	(96.293)	-	(96.293)
Equipamentos de informática	20%	(112.053)	(11.821)	(123.874)
Máquinas e equipamentos	10%	(8.605)	(1.189)	(9.794)
Instalações	10%	<u>(216.891)</u>	<u>145</u>	<u>(216.746)</u>
		<u>(576.347)</u>	<u>(29.628)</u>	<u>(605.976)</u>

- **Valor recuperável** - Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Entidade não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos desta poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, e dessa forma nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

10 Obrigações sociais e trabalhistas

Obrigações sociais

INSS a recolher	27.583	-
FGTS a recolher	10.685	-
INSS s/ terceiros (cooperativa)	78	26
Impostos e contribuições retidos na fonte	28.712	48.559
Impostos e contribuições a recolher	<u>3.132</u>	<u>2.161</u>
	70.190	50.746

Obrigações trabalhistas

Provisão para férias	94.316	150.187
Provisão para encargos sobre férias	<u>31.595</u>	<u>50.312</u>
	125.911	200.499
	<u>196.101</u>	<u>251.245</u>

11 Adiantamento de associados

	2013	2012
Contribuição de associados	930.493	775.692
Patrocínio de Congresso	985.000	-
Patrocínio de iniciativas	<u>106.000</u>	<u>309.256</u>
	<u>2.021.493</u>	<u>1.084.948</u>

Os saldos são representados por adiantamentos de contribuições associativas, patrocínio do 8º Congresso GIFE e patrocínios de iniciativas do GIFE (como a “Revisão e Publicação da 2ª Edição do Guia das Melhores Práticas de Governança para Fundações e Institutos Empresariais”), recebidos antecipadamente. Em 2012, não há antecipações recebidas referente ao Congresso, mas a contribuições associativas e a diversas iniciativas do GIFE que seriam finalizadas em 2013.

12 Provisão para contingências

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível.

A Entidade não é parte envolvida em quaisquer processos, sejam de natureza trabalhista, cível ou fiscal, que devam estar registrados nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

13 Patrimônio líquido

Representa o patrimônio social inicial da Entidade, reduzido dos déficits ou acrescido dos superávits apurados anualmente desde a data de sua constituição.

Em caso de dissolução, qualificada nos termos da Lei 9.790, de 23 de março de 1999, o patrimônio social do GIFE deverá necessariamente ser destinado a outra instituição qualificada nos termos da mesma lei, preferencialmente com mesmo objeto social.

14 Renúncia fiscal

Em atendimento a ITG 2002 – entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC n.º 1.409/12, a Associação apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada no exercício de 2013 caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que tratam-se de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Associação não possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

As receitas da Associação são provenientes de Contribuições Associativas, sendo assim não incidirá ISS, por não se tratar de prestação de serviços. O PIS é devido e recolhido na modalidade sobre a folha de pagamento na alíquota de 1%. Desta feita os impostos de renúncia serão : COFINS de 7,6% sobre as receitas e IRPJ e CSSL de 34% sobre o superávit do exercício, quando aplicável.

Com base nos percentuais acima mencionados a renúncia fiscal no exercício de 2013 foi de R\$ 199.451 de COFINS (R\$ 339.740 em 2012) Nos dois últimos exercícios a Entidade apresentou déficit, sendo assim não seria aplicável a incidência de IRPJ e CSSL para divulgação.

15 Contribuições de associados

Os valores das contribuições anuais dos associados ao GIFE são calculados de acordo com a Política de Contribuição Associativa, aprovada na Assembleia Geral Anual do GIFE de 2010, válida até 2015. Os valores das contribuições de associados, no exercício de 2013, alcançaram o saldo de R\$ 2.061.405 (R\$ 1.925.588 em 31 de dezembro de 2012).

16 Receitas de atividades

As receitas de atividades são compostas, substancialmente, pelas receitas de iniciativas, como Congresso (somente nos anos pares), cursos, patrocínios a projetos, além de outras doações.

a. Natureza dos projetos, cursos e patrocínios

	2013	2012
Congresso GIFE	-	2.031.915
Cursos	213.251	466.679
Censo GIFE	78.750	201.250
Projeto Wings	177.557	625.024
Projeto Código de Conduta	-	34.000
Encontro CEOs	180.000	-
Projeto Pesquisa Salarial	115.055	-
Projeto Grantcraft Funding for Inclusion	34.000	-
Apoio Institucional	56.390	-
	855.003	3.358.868

Abaixo destacamos os projetos desenvolvidos pelo GIFE em 2013 e 2012:

b. Congresso GIFE

A receita do congresso GIFE é composta substancialmente pelas inscrições e pelos patrocínios. O objetivo desse evento é proporcionar um ambiente de aprendizagem, debate e construção de parcerias para o público dos associados, além de ressaltar a importância da articulação entre diferentes instituições sociais, um dos grandes desafios para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável.

c. Cursos GIFE

O curso Ferramentas de Gestão oferece instrumentos e ferramentas gerenciais para uma atuação social mais sólida e efetiva para as organizações do terceiro setor. Para tanto, o GIFE conta com consultores que ministram os cursos, tendo como temas: legislação do terceiro setor e gestão de incentivos fiscais, elaboração e avaliação de projetos, planejamento estratégico, comunicação e marketing, mobilização de recursos, entre outros. O curso de Governança para Institutos e Fundações Empresariais é realizado em parceria com o IBGC, e visa aprofundar os benefícios e os principais desafios para a adoção das melhores práticas de Governança nestas organizações. O GIFE também oferece cursos Incompany, customizados de acordo com a necessidade das organizações.

d. Censo GIFE

O Censo GIFE é uma pesquisa quantitativa, realizada a cada dois anos, que tem como objetivo apresentar um amplo panorama do investimento social privado no Brasil, tendo como base a rede de organizações associadas ao GIFE. Para a elaboração desse estudo, o GIFE conta com o patrocínio de organizações associadas.

e. Projeto Wings

Em 2012 e 2013, o GIFE contribuiu com a incubação da WINGS, rede mundial de associações e fundações, em suas atividades iniciais no Brasil.

f. Projeto Código de Conduta

O GIFE publicou o "Código de Conduta para Gestão de Investimento de Fundos Patrimoniais e Organizações sem fins lucrativos", traduzido e adaptado do Código publicado pelo CFA Institute, associação global, baseada nos Estados Unidos, que estabelece princípios a serem seguidos por gestores de investimento de organizações sem fins lucrativos.

g. Encontro dos CEOs

O GIFE realizou em 2013 o encontro bienal que reúne as principais lideranças dos investidores sociais no Brasil, com enfoque em relacionamento e construção de confiança. Trata-se de uma oportunidade exclusiva de relacionamento entre os principais executivos e filantropos que investem no Brasil. Nesta edição, contou com a participação do filósofo australiano Peter Singer.

h. Projeto Pesquisa Salarial

O GIFE lançou em 2013 a segunda edição da pesquisa salarial, realizada a cada dois anos exclusivamente com investidores sociais. Com a participação de 21 fundações e institutos, a pesquisa trouxe dados sobre salário nominal, remuneração variável, política de benefícios e comentários gerais sobre política de remuneração. Conduzido por uma consultoria especializada em remuneração, o estudo é uma ferramenta estratégica de gestão de pessoas, apoiando a seleção e retenção de talentos.

i. Projeto Grantcraft Funding for Inclusion

Foi lançada em 2013 a tradução para português da publicação *Funding for Inclusion-Women and Girls in the Equation*, adaptada para a realidade brasileira e com casos brasileiros. O GIFE vem desenvolvendo nos últimos anos projetos em parceria com o Foundation Center, organização norte americana que possui o maior banco de dados sobre filantropia do mundo. Uma das iniciativas é a tradução de guias GrantCraft, com o objetivo de apoiar a qualificação do investimento social brasileiro com produção e disseminação de conhecimento.

j. Apoio Institucional

O GIFE recebeu em 2013 apoio de organização associada para o desenvolvimento e planejamento dos cursos oferecidos.

17 Despesa com pessoal

	2013	2012
Salários, 13º Salário, Férias, Ajuda de Custo, Indenizações	(1.410.929)	(1.869.938)
INSS	(354.278)	(463.476)
FGTS	(143.601)	(153.136)
Benefícios	(157.682)	(178.402)
Outras Despesas com Pessoal	(8.126)	(802)
Pis sobre folha de Pagamento	(14.224)	(13.451)
	(2.088.840)	(2.679.205)

18 Despesas gerais e administrativas

	2013	2012
Suprimentos	(19.023)	(17.976)
Funcionamento	(120.612)	(83.853)
Viagens e estadias	(97.688)	(104.346)
Serviço prestado pessoa jurídica	(292.487)	(355.315)
Iniciativas e Projetos	(138.307)	(2.495.680)
Outras despesas operacionais	(376.863)	(44.203)
	(1.044.980)	(3.101.373)

Conforme mencionado na nota explicativa 16, em 2013 não houve o congresso GIFE em função de só ocorrer em anos pares. Dessa forma as iniciativas e projetos em 2013 são bem inferiores quando comparadas as de 2012.

19 Receitas (despesas) financeiras

	2013	2012
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	222	1.117
Juros ativos	457	92
Rendimentos sobre as aplicações financeiras	164.890	150.344
Receitas com câmbio financeiro	484	-
	<u>166.053</u>	<u>151.553</u>
Despesas financeiras		
IR sobre aplicações financeiras	(34.749)	(6.075)
Despesas bancárias	(9.171)	(16.148)
Despesas com câmbio financeiro	(414)	(430)
Outras despesas financeiras	<u>(3.039)</u>	<u>(10.129)</u>
	<u>(47.373)</u>	<u>(32.782)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>118.680</u>	<u>118.771</u>

20 Instrumentos financeiros

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Entidade.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um associado ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de Associados e de aplicações financeiras.

O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de associados. Historicamente a Entidade não possui histórico de perdas significativas.

Adicionalmente, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

b. Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos. A política geral da Entidade é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras.

A Administração julga que a Entidade não tem risco alto de liquidez, considerando a sua estrutura de capital sem depender de capital de terceiro.

A Entidade não apresenta necessidade de captação de recursos bancários para capital de giro.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Entidade ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Associação não possui dívidas financeiras associadas a taxas flutuantes, que podem majorar suas despesas financeiras no futuro.

d. Risco operacional

Visando minimizar os riscos operacionais a Entidade contrata seguro para cobertura de eventuais riscos.

A Entidade não é parte envolvida em processos trabalhistas devido à adequada gestão utilizada pela Entidade e suas práticas éticas adotadas, tanto na contratação, como na manutenção e/ou demissão de funcionários.

A Administração da Entidade estabelece controles para administrar o risco operacional e buscar eficácia na gestão dos custos, de forma a evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Entidade.

e. Valor justo

e.1 Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não possui histórico de operações com instrumentos financeiros derivativos. A administração dos instrumentos financeiros é realizada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção, quando necessário, será feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.).

A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetua operações definidas como hedges exóticos.

e.2 Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

* * *

Andre Raichelis Degenszajn
Secretário Geral CPF 293.655.618-09

Fernanda Natalino
Contador CRC 1SP144709/O-3